

ASSENTAMENTO RIO DOS PATOS – LEBON RÉGIS (SC): UMA HISTÓRIA DE LUTA NOS ACAMPAMENTOS DO MST.

Hanen Sarkis Kanaan, hanen@ig.com.br

Kleicer Cardoso Rocha, kleicer@gmail.com

Marcos Francisco da Silva, isabelmarb@ig.com.br

Mauricio Aurélio dos Santos, mauricioaurelio@gmail.com

Michelle Terezinha Souza, chelle.paquita@gmail.com

Paloma Guimarães da Costa, lominhasc@gmail.com

Vera Lucia N. Dias, veraludias@gmail.com

Universidade do Estado de Santa Catarina – FAED/DAPE/NEPP. Rua Visconde de Ouro Preto, 457 Centro, Florianópolis – Santa Catarina/Brasil CEP: 88.020-040

RESUMO

O presente ensaio visa refletir sobre a história da formação do Assentamento Rio dos Patos - Lebon Régis (SC). Para tanto se fez um vôo panorâmico no contexto fundiário catarinense. Além da origem dos assentados, buscou-se conhecer a ideologia do movimento dos sem-terra, as formas de inserção na militância; e como elas produziram a união que gerou as primeiras lutas coletivas. Reconhecendo a importância do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST como um movimento sócio-territorial na luta pela terra; examinou-se o processo de conquista da terra, a estratégia utilizada para a ocupação, a forma de organização para a conquista da mesma e o papel do INCRA¹ neste contexto. Outros aspectos analisados nessa pesquisa foram a organização dos acampados e as dificuldades encontradas na implantação do acampamento (moradia, saneamento básico, aquisição de alimentos e a educação das crianças). A pesquisa buscou entender a vida dos acampados, conhecendo sua organização interna e a forma como eram feitas as divisões das tarefas, bem como estudou os desdobramentos do impacto destes acampamentos junto aos poderes públicos, a reação desencadeada pelas ocupações de terra e as intermediações feitas pela Igreja auxiliando os acampados. A metodologia da pesquisa embasou-se em entrevistas de longa duração, em questionários de tipo enquete, em observações feitas junto aos antigos acampados,

¹ O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é uma autarquia federal com a missão prioritária de realizar a reforma agrária. www.incra.gov.br acesso em 27 de setembro de 2006.

que atualmente se encontram no assentamento Rio dos Patos, e também, através de pesquisa bibliográfica.

Palavras Chave: *MST. Acampamento. Assentamento. Reforma Agrária. Luta pela Terra.*

INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe fazer uma reflexão sobre a história da formação do Assentamento Rio dos Patos - Lebon Régis (SC) a partir da vivência nos acampamentos fruto do processo de resistência e contestação da estrutura fundiária dos trabalhadores rurais. Para isso é importante compreender a organização da estrutura fundiária em Santa Catarina, que originou os latifúndios encontrados no meio Oeste onde está localizado o município de Lebon Régis.

Reconhecendo a importância do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST como um agente de conquista e territorialização, utilizamos como ferramenta a categoria de movimento sócio-territorial na luta pela terra:

Os movimentos (socioterritoriais) territorializados são aqueles que atuam em diversas macrorregiões e formam uma rede de relações com estratégias políticas que promovem e fomentam a sua territorialização. Todos os movimentos territorializados começam como movimentos isolados. Estes ao se territorializarem e romperem com a escala local, se organizam em redes e ampliam suas ações e dimensionam seus espaços (Fernandes 2005, 32).

Esta luta se intensificou com a formação dos acampamentos a partir de um processo anterior iniciado com as mobilizações das “frentes de massa”², onde os trabalhadores se organizaram em busca de melhores condições de vida. A pesquisa foi baseada em entrevistas, em questionários de tipo enquete, em observações de campo e em pesquisa bibliográfica que permitiram conhecer a trajetória histórica dos

² As “frentes de massa” são formadas pelos militantes mais antigos do MST que localizam ex-agricultores e agricultores em favelas nas áreas urbanas ou no próprio meio rural (arrendatários, trabalhadores rurais assalariados, bóias-frias) e promovem um trabalho de conscientização, incentivando estes trabalhadores a formarem os acampamentos e, assim reivindicarem terras e melhores condições de trabalho. Ao grupo destes trabalhadores organizados, denomina-se “frente de massa”.

trabalhadores rurais que já passaram pela experiência dos acampamentos e que hoje estão assentados.

ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO BRASIL E SANTA CATARINA

Para compreender a estrutura fundiária brasileira é preciso conhecer o processo de ocupação do território brasileiro feito pelos colonizadores. Inicialmente o território foi estruturado a partir das capitânicas hereditárias, com a concessão de terras pelo rei de Portugal para os donatários em forma [de sesmarias](#). Esta origem histórica muito explica a forma concentradora de terras na estrutura fundiária brasileira atual.

Esta estrutura se consolidou e permanece desigual até os dias atuais, fato que tem provocado conflitos sociais no campo. No final do século XIX e na primeira década do século XX, dois grandes conflitos por terra marcaram o cenário político e social da época: a Guerra de Canudos no sertão da Bahia e a Guerra do Contestado na região do meio Oeste catarinense. Nestes dois conflitos os camponeses lutaram para permanecer nas terras que haviam conquistado, enquanto as tropas federais marchavam sobre eles para devolver as terras a quem a lei entendia como possuidor “de direito”: as companhias colonizadoras.

Em Santa Catarina, a concentração fundiária ocorreu da mesma forma como em outros estados brasileiros, ou seja, a partir da expansão do processo de colonização pelo interior do país. O Estado catarinense está caracterizado por regiões com estruturas fundiárias distintas, ou seja, com forte presença dos pequenos produtores rurais e latifúndios na região do planalto e meio Oeste catarinense.

A consolidação do modelo fundiário baseado em propriedades com grandes extensões de terra no planalto e meio Oeste catarinense permitiu a retomada das mobilizações de camponeses expropriados e trabalhadores rurais pelo direito de acesso a posse de terras. Essas mobilizações foram organizadas pela Comissão Pastoral da Terra – CPT³, ligada à teologia da libertação – uma corrente ideológica

³ A CPT surgiu durante a década de 1970 e é um órgão da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil- CNBB que tem como objetivo buscar soluções aos vários conflitos por terra envolvendo posseiros e grileiros. Devido a esse trabalho muitos religiosos (as) e leigos (as) foram assassinados.

da Igreja Católica - que historicamente sempre lutou pela emancipação política e social de populações pobres, rurais e urbanas, tanto no Brasil quanto na América Latina.

A partir das mobilizações da CPT e das primeiras romarias da terra, começaram a ocorrer os agrupamentos de camponeses e trabalhadores rurais que iriam promover as primeiras ocupações de terras no estado. A primeira grande ocupação no estado de Santa Catarina ocorreu na fazenda Burro Branco no município de Campo Erê no ano de 1983. Esta ação intensificou a luta dos trabalhadores rurais e camponeses pelo acesso à própria terra, rebelando-se contra viver precariamente dos poucos recursos obtidos através do arrendamento de terras em fazendas de *outrem* e contra a submissão das oscilações do mercado de trabalho que desempregava ou endividava trabalhadores e, assim, conquistar sua emancipação política, financeira e social. Com isso a região ficou conhecida pelas lutas travadas entre os sem-terras e latifundiários, sendo que as ocupações foram organizadas e promovida pelo MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Esta situação foi descrita por Fernandes :

a ocupação é um processo sócio espacial e político complexo que precisa ser entendido como forma de luta popular de resistência do campesinato, para sua recriação e criação. A ocupação desenvolve-se nos processos de espacialização e territorialização, quando são criadas e recriadas as experiências de resistência dos sem-terra (2000, 61).

Conforme já dito em outra ocasião⁴, em 1984 o movimento fez sua primeira manifestação junto à sede do INCRA, em Florianópolis, conseguindo sua primeira audiência com o Governador e o representante do INCRA no estado. Nesta oportunidade foi apresentado pelo MST o levantamento dos latifúndios improdutivos e passíveis de desapropriação em Santa Catarina.

Como represália ao MST, os latifundiários não renovaram os contratos de arrendamento deixando os arrendatários e os trabalhadores rurais diaristas (bóias

⁴ Ver a este respeito texto apresentado no XVIII Encontro Nacional de Geografia Agrária de 06 a 10 de novembro de 2006 no Rio de Janeiro, Brasil. Autores: Santos, M.A. dos; Dias, V.L.N.; Silva, M.F.da; Almeida, F. de; Kanaan, H.S; Rocha, K.C; Souza, M.T. **A luta pela terra: ocupando, resistindo e produzindo a condição histórica de sobrevivência – o assentamento Rio dos Patos - Lebon Régis (SC).**

frias), sem trabalho. Estas medidas, ao contrário do que os latifundiários esperavam, fortaleceram a luta pela reforma agrária em Santa Catarina com novas ocupações:

em 25 de maio de 1985, cerca de 2000 famílias ocuparam terras no Oeste catarinense, numa ação conjunta, organizada e planejada. Aí permaneceram acampados quase dois anos (alguns mais) à espera de assentamento (Lisboa, 1988).

As conquistas de terra dos agricultores sem terra do Oeste catarinense, atingiram repercussão nacional. Em todos os Estados da federação a imprensa alertou sobre o perigo de incidentes armados entre latifundiários e agricultores, receando um conflito armado. O clima de tensão no campo aos poucos tomou conta do país. O governo do Estado procurou apoio para controlar a situação. Os agricultores que tomaram posse de seus lotes organizaram uma comissão e foram ao INCRA e ao governo do Estado pedir agilidade no processo de desapropriação das terras por interesse social. Além disto, os agricultores sem terra solicitaram o cumprimento de um plano efetivo de reforma agrária, que atendessem a todas as regiões de Santa Catarina.

Em Florianópolis, na Assembléia Legislativa, várias entidades representativas se reuniram para organizar ações de apoio às 2000 famílias de sem terra que esperavam a liberação dos lotes. Formou-se um comitê de apoio, que tinha como objetivo proporcionar recursos materiais financeiros e políticos para os acampados. O clero da Capital do Estado também manifestou apoio, pedindo ao governo urgência na solução do impasse e terra a todos que nela desejassem trabalhar.

Ao longo das décadas de 1980 e 1990 as lutas pela reforma agrária no estado ganharam força e o MST se consolidou como um agente aglutinador, legitimado pelo sucesso de assentamentos em todo o Estado.

Se a década de 1980, principalmente a partir da segunda metade, foi designada à estruturação do MST, foi na década de 1990 que as ações do movimento tornaram-se mais efetivas e maduras. Apesar da repressiva ação do estado e dos latifundiários, que agiam em sintonia, a consolidação dos assentamentos no estado começava lentamente a mudar a imagem do MST perante a parcela mais politizada da sociedade.

As ocupações chegaram a outras partes de Santa Catarina, como na região de Joinville⁵, a cidade mais industrializada do Estado.

Em 1992, foi a vez do município de Garuva, onde aconteceu a primeira ocupação na região. Esta ocupação foi de muita tensão, pois o filho do dono da fazenda ocupada acabou sendo morto em um confronto entre acampados e polícia, que reprimia violentamente o acampamento. Mas a resistência foi vitoriosa e os acampados conquistaram duas áreas na região, dando início a dois assentamentos: o de Garuva e o de Araquari. Outro grupo que estava acampando retornou para Rio Negrinho ocupando uma nova área.

Os assentamentos que se formaram na região, a exemplo de outros no estado, encontraram formas de sobreviver fazendo uso da lavoura de hortaliças, ou da agricultura convencional. O que deve ser lembrado nesse rol de conquistas é que o MST trouxe benefícios não só para os assentados “ex-sem terras”, mas para o conjunto da sociedade, pois a renda produzida nos assentamentos dinamiza o comércio local e engorda os impostos municipais onde eles estão instalados.

A realidade acima retratada também se reflete em assentamentos de outras regiões do Estado, como por exemplo no Oeste e no Meio-Oeste onde se concentram a maior parte dos assentamentos e acampamentos do MST. É na região do Meio-Oeste catarinense que se localiza o Município de Lebon Régis e o Assentamento Rio dos Patos objeto de estudo desta pesquisa.

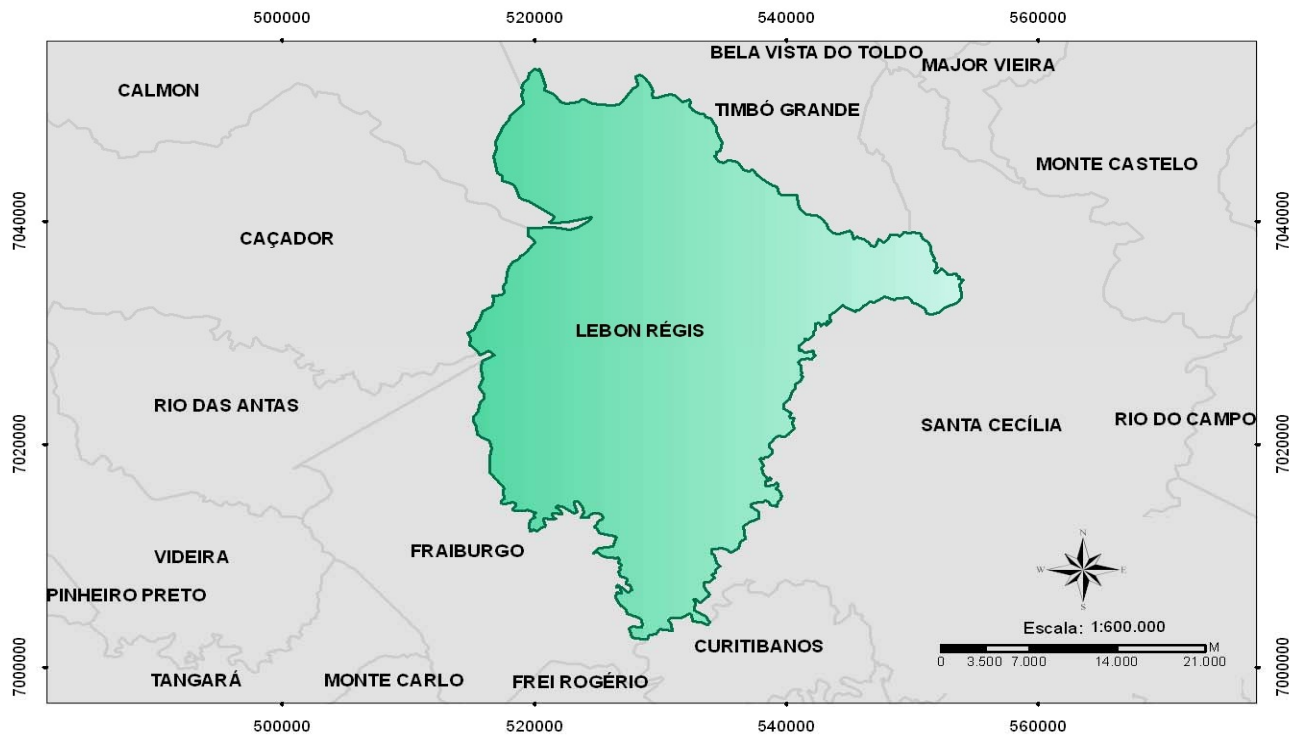
LEBON RÉGIS

O município de Lebon Régis fica localizado a 439 km de Florianópolis no meio Oeste catarinense. Possui aproximadamente 11.682 habitantes e 1.276km². As principais atividades econômicas do município são a agropecuária e a apicultura. Faz divisa com os municípios de Timbó Grande, Curitibanos, Santa Cecília, Fraiburgo, Rio das Antas, Caçador e Calmon.

⁵ Joinville faz parte de uma região que concentra o pólo metal mecânico do Estado de Santa Catarina.



MAPA DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS (SANTA CATARINA - BRASIL)



Uma das ocupações se localizou próximo ao município de Lebon Régis – palco de batalha da Guerra do Contestado, entre caboclos e tropas federais - mais precisamente no município de Abelardo Luz no ano de 1985. Estes acampados visavam à área pertencente à família Deboni, que era proprietária de grande extensão de terras em Lebon Régis.

O município apresentava uma estrutura fundiária concentradora de grandes propriedades rurais e após a conquista de terras pelos sem-terra o modelo fundiário foi transformado em pequenas propriedades com cerca de 15 hectares por família. Desta forma a terra foi destinada à agricultura familiar.

Desse processo resultou para o município 07 (sete) assentamentos, num total de 211 famílias, distribuídas em 3204 hectares, proporcionando a dinamização da economia local. O assentamento Rio dos Patos, estudado para a composição deste ensaio, foi criado em 1988 e abrange uma área de 844 hectares onde 49 famílias vivem da agricultura de subsistência. Nele está localizada a Escola Agrícola 30 de Outubro. Toda a área onde se encontram esses assentamentos pertencia a uma única família, os Deboni. A parte desapropriada para os assentamentos representa apenas 1/3 de toda a propriedade e antes que realmente se efetivassem os assentamentos a família pode explorar ao máximo a extração de araucária existente ali, sendo que o “miolo” da propriedade continuou sob “seus domínios”, beneficiados com a instalação de luz elétrica e aberturas de estradas para os assentamentos.

HISTÓRIA DE LUTA DENTRO DOS ACAMPAMENTOS

Até serem assentadas em Lebon Régis as famílias de agricultores rurais passaram um bom tempo em mobilizações dentro dos acampamentos que se caracterizam como espaços de lutas e resistências diárias, “são uma forma de materialização da organização dos sem-terra e trazem em si os principais elementos organizacionais do movimento” (Fernandes, 2000). Essas mobilizações se concretizaram através da organização junto a Comissão Pastoral da Terra, que tinha conhecimento das possíveis terras a serem desapropriadas e informava a localização destas terras aos líderes do movimento.

Depois de conhecidas as áreas passíveis de desapropriação, o movimento se encarregava de divulgar essas informações e reunir as famílias arrendatárias e os trabalhadores rurais e urbanos sem-terra que tivessem interesse em lutar e conquistar um pedaço de terra onde pudessem desenvolver a agricultura familiar.

Os entrevistados afirmaram durante as conversas, que conheceram o MST a partir das frentes de massa, das Romarias da terra organizadas pela CPT e pela própria militância, já que muitos participavam da CPT e dos debates sobre a questão agrária antes mesmo da fundação do movimento. Os que eram apenas simpatizantes do MST, por estarem na condição de excluídos no campo, sentiram que a luta organizada era o único meio de conquistar uma vida digna, portanto iam para os acampamentos e ainda hoje se sentem responsáveis pelos companheiros acampados e lutam para acabar com a desigualdade no campo e pela Reforma Agrária.

Segundo Pedro Turossi, assentado no Rio dos Patos, a luta destes acampados se deu em Abelardo Luz, por volta do ano de 1985. A duração do acampamento foi de aproximadamente 3 anos.

Neste período as adversidades enfrentadas eram enormes e a maioria dos assentados relata dificuldades para conseguir alimentos, segurança para as famílias, saúde, educação e trabalho. Turossi afirma que *“tinha que ‘trabalhar por dia’ para levar alimento para o acampamento”*. Também havia ajuda por parte da Igreja e do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), através de doações de cestas básicas que eram divididas entre as famílias. Buscavam alimentos em grupos na comunidade através de campanhas de arrecadação⁶. Com o que era arrecadado, faziam a partilha conforme a necessidade de cada família.

Outras formas de conseguir alimentos também foram experimentadas pelos acampados. Quando os acampamentos eram estabelecidos em latifúndios, os militantes se organizavam em forma de mutirão para plantar para a subsistência ou, ainda, quando se encontravam em regiões próximas a algum assentamento, era

⁶ Ainda hoje estas doações acontecem. A Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, através do grupo de pesquisa IPPT (Instituições, Políticas Públicas e Trabalho), organiza campanhas de alimentos, roupas, material de higiene e escolar, brinquedos e louças que são entregues ao acampamento localizado às margens da BR 116 do município de Correia Pinto na região próxima a Lebon Régis.

comum que os acampados trabalhassem nos lotes de outros trabalhadores rurais já assentados como diaristas, meeiros, etc.

Para que o acampamento funcionasse de maneira organizada, eram realizadas assembléias onde as famílias eram divididas em grupos. Cada grupo tinha seu coordenador e recebia uma tarefa para realizar dentro do acampamento para viabilizar condições mínimas de vida aos acampados, garantindo assim a permanência dos mesmos no local. Nessa divisão os grupos separavam-se em setores, como o da educação, segurança, mobilização, saúde, trabalho, frentes de massa, etc.

No setor de educação, havia uma preocupação por parte dos acampados em dar assistência às crianças, sendo esta uma das primeiras providências tomadas por parte da organização do acampamento, principalmente as quatro primeiras séries. A escola era montada no próprio acampamento, em barracas de lonas ou as crianças eram levadas para as escolas do município. Os professores eram voluntários militantes e/ou acampados que disponibilizavam seu tempo na educação das crianças e não só lecionavam as disciplinas curriculares normais como também trabalhavam pedagogicamente o processo de luta dos próprios sem-terra, ilustrando seus ensinamentos com as atividades desenvolvidas pelos pais das crianças.

As crianças e jovens acampados eram divididas em três grupos de estudantes: 1) O grupo da “ciranda” que tinha seu nome idealizado a partir da mística⁷ - fazendo alusão às reuniões onde as pessoas se sentam em círculos para discutir temas importantes. No caso da ciranda escolar, era uma classe formada pelos alunos com até 06 anos de idade; 2) A classe “multi-seriada” que atendia as crianças da 1ª até a 4ª série do ensino fundamental. As crianças eram divididas em duas turmas e em dois turnos. De manhã, por exemplo, funcionava uma turma de 1ª e 3ª séries juntas e, à tarde, funcionava uma turma de 2ª e 4ª séries juntas. Essa organização era a única possível, em função da falta de educadores para todas as

⁷ A mística é uma encenação (música, performance teatral, leitura de um poema) que marca todas as atividades do movimento e que tem por finalidade resgatar a história da luta pela terra e fortalecer os laços de envolvimento nas ações do MST. A mística foi iniciada pela CPT e funcionava como uma espécie de “dramatização” da luta pela terra onde os trabalhadores poderiam expressar ou reviver as mazelas do processo, reforçando suas convicções e estimulando a permanência na luta frente às adversidades encontradas.

turmas; 3) O grupo dos “jovens” era formado pelos alunos que freqüentavam a escola a partir da 5ª série, que eram encaminhados às escolas estaduais ou municipais.

No setor da segurança, havia grupos que eram responsáveis pela ordem do acampamento. Segundo relato dos entrevistados, grupos de acampados eram divididos e cada um tinha um horário determinado a cumprir para ficar “em guarda” na entrada do acampamento onde tinha uma guarita. Só era permitida a entrada de pessoas autorizadas, ou seja, pessoas ligadas aos movimentos sociais tais como, universidades, igrejas, INCRA, entre outros.

O consumo de bebidas alcoólicas era um dos principais problemas enfrentados pela organização do acampamento, pois uma pessoa alcoolizada colocava em risco além da sua vida, toda a estrutura de funcionamento dos acampados.

Pelo fato dos acampados morarem uns ao lado dos outros em barracas de lona com pouca ou nenhuma privacidade, o consumo de bebidas alcoólicas trazia um enorme desconforto para as pessoas e não-raro transformava o acampamento em palco de brigas e desentendimentos. Esta situação prejudicava a formação dos grupos de trabalho e dificultava o entendimento entre os acampados.

A este respeito, é importante lembrar que “viver em comunidade” como os acampados viviam não era resultado de uma escolha deliberada pela vida coletiva comunitária tal qual fazem alguns naturalistas urbanos mas, antes de tudo, uma falta de escolha ou a única possibilidade vislumbrada no processo de exclusão das oportunidades de trabalho e da posse de terras. No caso dos sem terra é a causa, é a luta pela terra que impeliu à vida coletiva.

Na época do acampamento, a população das cidades vizinhas não via com bons olhos a presença do acampamento e dos acampados, considerados como marginais, malandros, baderneiros, que ameaçavam as terras e casas dos moradores da cidade. Isso ocorria, pois as informações sobre os acampados eram -e até hoje são- manipuladas pela mídia nacional, que instigava e reforçava a discriminação. Segundo o assentado Pedro Turossi, o tratamento que recebiam variava conforme a localidade: “algumas recebiam bem outros não muito”. Para Jaci

Carlos Rosseti, outro assentado, depois que a comunidade os conheceu foi melhorando o convívio.

O poder público representado pelo INCRA passou a funcionar somente quando foi pressionado pelos acampados e pelo movimento que tinha como estratégia de pressão a ocupação do prédio do INCRA localizado na capital do estado. Afora o INCRA, as instituições públicas resumiam sua colaboração com poucas ajudas através de doações de cestas básicas e o envio de técnicos para avaliação do terreno a ser desapropriado, porém isto ocorria de modo moroso.

A Igreja Católica teve papel importante na organização do acampamento, desde a convocação das famílias para as frentes de massa até o acompanhamento dos trabalhadores dentro do acampamento. Existia apoio espiritual que exaltava a fé e a coragem expressadas durante a mística dos cultos e, também, ajuda com o fornecimento de alimentos, roupas e doações em geral. Havia o envolvimento político dos padres nas pressões perante o poder público para a liberação das terras destinadas à Reforma Agrária.

O estado usava a força policial para reprimir os acampados e fazer a reintegração de posse ao invés de manter um diálogo com o movimento, deixando de encontrar uma solução pacífica para a resolução do litígio. Desta forma podemos ver a influência dos latifundiários sobre o governo.

Os entrevistados relataram que sofreram pressões por parte da polícia, a mando dos proprietários de terras da área na qual eles ocuparam. Porém neste acampamento a polícia não teve êxito, pois segundo Turossi o movimento estava bem organizado e forte. Uma estratégia utilizada pelo MST era levar as famílias para o acampamento. As mulheres tinham um papel fundamental na organização cotidiana do acampamento e a presença delas juntamente com as crianças, eram importantes para a segurança de todos, pois intimidavam a atuação da polícia e dos pistoleiros.

A vinculação das famílias aos movimentos é componente da dimensão da organicidade. E, neste sentido, é componente qualitativo. Como também é quantitativo. Assim, é muito trabalhoso calcular os graus de vinculação das famílias aos movimentos, por ser um atributo qualitativo de identificação, cujas dimensões são de difícil mensuração. Todavia, a vinculação expressa identidade dos membros com o movimento que constroem. Quanto maior a

vinculação, mais orgânico é o movimento, condição fundamental para a sua consolidação (Fernandes 2000, 81).

A participação das famílias nos acampamentos além de garantir maior segurança, incrementa quantitativamente o movimento dos sem terra dando visibilidade ao contingente populacional excluído. Esta participação promove a própria formação dos envolvidos que se constroem como sujeitos de luta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os acampamentos servem para unir os sem terra em torno de uma causa coletiva, com o objetivo de conquistar a terra, e desta forma ter autonomia para a aplicação da agricultura familiar, num modo de vida de subsistência.

Tudo começa com o agrupamento e a organização promovida pelo MST e a CPT, que visa promover a Reforma Agrária, e assim construir um processo de luta e justiça social no campo.

As ocupações e os acampamentos são apenas parte de uma luta diária de sobrevivência dos trabalhadores rurais e tal manifestação é considerada como resistência a um processo de exploração e expropriação que o próprio estado cria quando defende os interesses dos capitalistas e da burguesia agrária.

Após anos de resistência nos acampamentos, enfrentando intempéries e inúmeros adversários, entre eles, o latifundiário, o Estado, a mídia, a comunidade, a polícia e a Justiça; os trabalhadores rurais conquistam um pedaço de terra, onde podem usufruir da liberdade e alguma qualidade de vida.

Para que se concretizasse a conquista foi necessária a organização coletiva, que soube dividir as tarefas entre grupos e, desta forma, dividir a responsabilidade pelo êxito do acampamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DERENGOSKI, Paulo Ramos. Guerra do Contestado. Florianópolis: Insular, 2000. 25p.

FERNANDES, M. B. Questão agrária, pesquisa e MST. São Paulo: Cortez, 2001. 65p.

HOLANDA, S. B. de. Raízes do Brasil. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 4^o. ed., 1963.

LISBOA, T. K. A luta dos sem-terra no oeste catarinense. Florianópolis: UFSC, 1988.

OLIVEIRA, A. de. A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo, Contexto, 1991.

PIAZZA, Walter Fernando. A colonização de Santa Catarina. 2^a ed. Florianópolis: Lunardelli, 1988

STÉDILE, João Pedro. A questão agrária no Brasil. São Paulo, Ed. Atual, 2^o edição, 1997.

SANTOS, M.A. dos; DIAS, V.L.N.; SILVA, M.F.da; ALMEIDA, F. de; KANAAN, H.S; ROCHA, K.C; SOUZA, M.T. A luta pela terra: ocupando, resistindo e produzindo a condição histórica de sobrevivência – o assentamento Rio dos Patos/Lebon Régis/SC. XVIII ENGA, Rio de Janeiro, 2006.

VALENTINI, Delmir José, Guerra do Contestado: Construção da Imagem do Caboclo. In, História e Poder – a reprodução das elites em Santa Catarina.

VIANNA, Aurélio & VIEIRA, Maria Antonieta da Costa. Terra de trabalho e terra de negócio: estratégias de reprodução camponesa. Rio de Janeiro: CEDI, 1990.

INCRA. Disponível em www.incra.gov.br. 27 setembro.2006.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.